

CONTRIBUIÇÕES DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PARANÁ

Thais Paola Grandi

Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul
Curitiba - Paraná - Brasil
E-mail: thaisgrandi@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7006-4160>

Isabel Jurema Grimm

Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul
Curitiba - Paraná - Brasil
E-mail: sabel.grimm@isaebrazil.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0211-8048>

Recebido em 11/07/2021. Aprovado em 25/08/2021.
DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/gaju.v7i2.81879>

Resumo

Em 2015, a constituição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e as 169 metas a serem implementadas até 2030, instigaram organizações, governos e pessoas a buscarem meios de garantir a redução das desigualdades, o desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente. Tomando como referência este cenário, este artigo objetiva analisar a carteira de crédito do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), e apresentar os impactos dos financiamentos desse banco sobre os ODS 8 no Paraná. Para isso, o método escolhido foi o estudo de caso, com coleta de dados em bases do BRDE, IBGE, Iperdes, Celepar e Ipea. Para verificar os impactos financeiros no alcance dos ODS, selecionaram-se os municípios paranaenses que recebem fomento do BRDE, agrupando-os de acordo com seu IFDM. Para avaliar o impacto do BRDE no ODS 8, meta 8.3 no Paraná, considerou-se a média dos empregos formais anuais. A quantidade de empregos criados no BRDE foi avaliada ano a ano, calculando-se o acumulado desde 2016, logo se identificou que o impacto no ODS 8, meta 8.3, foi de 9,50% no estado. O ano mais relevante foi 2018, com impacto de 3,15%. Aponta-se que, no ODS 8, o impacto do BRDE é de até 3% na meta anual, no estado do Paraná. Conclui-se que, apesar de o

percentual ser pequeno, quando uma instituição consegue atingir 2 a 3% dos empregos formais no Estado considera-se uma atuação relevante, pois para o atingimento dos ODS é necessário o esforço integrado de diversas instituições.

Palavras-chave: Indicadores de sustentabilidade. Sustentabilidade. Desenvolvimento regional. Programas de crédito. ODS 8.

Contributions of the Regional Development Bank of the Far South to the achievement of the Sustainable Development Goals in Paraná

Abstract

In 2015, the establishment of the 17 Sustainable Development Goals (SDGs), and the 169 goals to be implemented by 2030, instigated organizations, governments and individuals to seek ways to ensure the reduction of inequalities, sustainable development, and environmental conservation. Using this scenario as a reference, this article aims to analyze the credit portfolio of the Regional Development Bank of the Southern (BRDE), and present the impacts of the financing of this bank on the SDG 8 in Paraná. To this end, the method chosen was a case study, with data collection from BRBE, IBGE, Iparades, Celepar and Ipea databases. To verify the financial impacts on the achievements of SDGs, the municipalities of Paraná that receive support from the BRDE were selected, grouping them according to their IFDM. To assess the impact of the BRDE on SDG 8, target 8.3 in Paraná, the average of annual formal jobs was considered. The number of jobs created in the BRDE was evaluated year by year, calculating the accumulated since 2016, soon it was identified that the impact on SDG 8, target 8.3, was 9.50% in the state. The most relevant year was 2018, with an impact of 3.15%. It is pointed out that, in SDG 8, the impact of BRDE is up to 3% on the annual target, in the state of Paraná. It is concluded that, although the percentage is small, when an institution can reach 2 to 3% of formal jobs in the state, it is considered a relevant action, because the integrated effort of various institutions is necessary to achieve the SDGs.

Keywords: Sustainability indicators. Sustainability. Regional development. Credit programs. SDG 8.

1 Introdução

A ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo que prevalece na época atual (FURTADO, 1984) e representa uma aspiração moderna largamente difundida (CAVALCANTI, 2001). Até o final do século XX, os manuais que transmitiam o paradigma da ciência econômica convencional tratavam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (VEIGA, 2005). Nesta época, surgiu a preocupação com o subdesenvolvimento e os desequilíbrios de renda, que ocorrem em todo mundo, e em diferentes escalas, desencadeando o debate atual sobre alternativas de desenvolvimento, mais justo e sustentável, levando a necessidade de associá-lo à escala humana (MAX-NEFF, 1982) e ambiental.

Frente a essa realidade em 1983, por meio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), emerge o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que “atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (CMMAD, 1993, p. 09). De acordo com Veiga (2010), “[...] a expressão desenvolvimento sustentável foi a que acabou se legitimando para negar a incompatibilidade entre crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente” (p. 189).

Em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, consistiu em mecanismos institucionais de intercâmbio de experiências e ideias entre distintos segmentos da sociedade civil, nacional e internacional sobre temas relacionados ao desenvolvimento sustentável. Em 2015, foram definidos pela ONU os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que passaram a estimular ações globais de cuidados com as pessoas e o planeta. Os ODS influenciaram organizações, governos e pessoas ao redor do mundo, as quais buscam meios de garantir a redução das desigualdades, o desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente.

Todavia, para que se possa considerar e mensurar as ações desenvolvidas em prol do alcance dos ODS e a defesa socioambiental, é preciso antes considerar quais indicadores são capazes de avaliar o desenvolvimento, a sustentabilidade e o alcance dos ODS.

Os processos, no sentido do alcance das metas estabelecidas pelos ODS, devem ser observáveis ou mensuráveis para melhorar a qualidade das ações implementadas. Sendo assim, os indicadores surgem como um meio de monitorar sistemas específicos e complexos, para auxiliar na tomada de decisão e planejamento.

Nesse contexto, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que atua em todos os estados da região Sul do Brasil, visa contribuir para o desenvolvimento regional e local por meio de ações de financiamento direcionados a empresas e produtores rurais que impactam a economia local, gerando trabalho e renda contribuindo para o alcance dos ODS.

O BRDE atua com financiamentos de longo prazo para investimentos de empresas e produtores rurais, tendo a contratação do banco, em 2020, atingido o valor de R\$ 3,2 bilhões, sendo destinados ao Paraná R\$ 1,1 bilhão desses investimentos, contribuindo para a criação ou manutenção de 11,6 mil postos de trabalhos na região Sul, sendo 4,2 mil apenas no Paraná (BRDE, 2021)

Destaca-se que a atuação do banco apresenta impacto local, contribuindo para o atingimento de metas dos ODS, dentre os quais foram selecionados pelo BRDE: ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 – Boa saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 7 – Energia acessível e limpa; ODS 8 – Emprego digno e crescimento econômico; ODS 9 – Indústria, inovação e cultura; ODS 12 – Consumo e produção responsável e ODS 15 – Vida sobre a terra. Esses ODS são os que o banco possui mais projetos impactados e pode intensificar sua atuação a fim de promover o alcance das metas propostas na agenda 2030. Para isso, é necessária a seleção de indicadores que possam fornecer informações para monitoramento dos resultados alcançados e auxiliar a tomada de decisão de gestores em novas ações de contratação de crédito.

Portanto, a utilização de indicadores para mensurar o alcance dos ODS constitui-se um instrumento importante para avaliar as ações realizadas em nível de financiamento do BRDE, em relação à sua contribuição não tão somente para o atingimento dos ODS, mas como importante vetor de desenvolvimento sustentável da região Sul do Brasil. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a carteira de crédito do BRDE, agência Curitiba, e apresentar os impactos dos financiamentos dessa agência sobre os ODS 8 no estado do Paraná.

O método escolhido para atender ao objetivo proposto foi o estudo de caso. A pesquisa apresenta cunho qualitativo e quantitativo e viés descritivo. A coleta de dados constitui-se de pesquisa documental em bases de indicações teóricas que nortearam a construção da pesquisa. Verificaram-se indicadores do IBGE, Ipea, Celepar, Meadows (1998), IDH, Índice de Desenvolvimento Ambiental, IDNA BRASIL, e ETHOS, bem como índices para ODS desenvolvidos pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos), por empresas do segmento – bancários e empresas em geral. Também se utilizaram-se a Base de dados BRDE –

Programa BRbank, BI – *business intelligence* – acesso a programas BRDE PCS, BRDE Municípios, PROTUR, INOVA; e processos físicos da entidade de análise, bem como informações do IFDM, dados sociais, ambientais e de renda dos municípios paranaenses.

Perante o exposto, a discussão do trabalho está organizada em seções. Inicialmente, aborda-se como referencial teórico os temas de desenvolvimento econômico, sustentável e regional; suas origens e definições, e de indicadores de sustentabilidades à luz de autores e instituições relevantes nacionais e internacionais. Posteriormente, apresenta-se a metodologia, sendo esta um estudo de caso único, seguido dos resultados e discussões finais.

1.1 Do crescimento econômico ao sustentável: breves considerações sobre o desenvolvimento

A Grande Depressão, também conhecida como Crise de 1929, representou a crise de natureza estrutural do capitalismo, sendo também a maior crise financeira da história dos Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial. Após anos de crescimento econômico nos Estados Unidos, em 2007, as famílias já não eram capazes de financiar um novo aumento no consumo por meio de empréstimos, devido ao aumento dos preços dos imóveis; em 2008 o crédito bancário se esgotou, o investimento caiu e o país foi atingido por outra grave crise, que provocou generalizada recessão econômica no mundo e evidenciou o problema das desigualdades regionais na maioria dos países industrializados. Esta visão foi intensificada durante a Segunda Grande Guerra, trazendo a percepção de que a economia mundial apresentava problemas; a reestruturação das economias atingidas era iminente, e as desigualdades precisariam ser suprimidas. “Em 1944, foi realizada uma conferência na cidade de Bretton Woods nos EUA, com o objetivo de criar regras para as operações comerciais e financeiras dos países industrializados, bem como auxiliar às economias em crise” (MADUREIRA, 1998, p. 9). Esta conferência originou o acordo de Bretton Woods que organizou a economia mundial no Pós-Guerra e definiu o rumo que o capitalismo teria nas próximas décadas.

Contudo, a percepção de que crescimento econômico e desenvolvimento econômico eram sinônimos passa a ser questionada a partir da década de 1950. O aumento no nível de produção e renda podem ser sinais de crescimento econômico, entretanto, para configurarem-se em um desenvolvimento mais sustentável, esses incrementos precisam chegar à população, por meio de aumento de salários, melhorias na saúde, educação, qualidade de vida.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, o conceito de desenvolvimento econômico passou a ser associado ao desenvolvimento social, levando também em conta o bem-estar das populações locais, instaurando conceitos como ecodesenvolvimento e, na década de 1980, ao paradigma do desenvolvimento sustentável, que recomendava o crescimento econômico como forma de se reduzir a pobreza e, por consequência, os problemas socioambientais (SACHS, 2002).

Foi a partir da década de 1960 e início dos anos 1970 que a questão ambiental se tornou marcante e levou à necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento adotado até então (KOLHE; PHILIPPI Jr, 2014) e de como “[...] sustentar o ritmo do desenvolvimento econômico visando o progresso e as necessidades criadas no mundo atual” (GRIMM *et al.*, 2014, p. 671), atentando-se às limitações dos recursos e às relações de apropriação da natureza. Tal questão instiga a pensar em outra forma de desenvolvimento que se proponha a ser mais sustentável. É a partir dessa necessidade que o Relatório *Brundtland*¹ inaugura o conceito de desenvolvimento sustentável, retratando o limitado estágio atual da tecnologia e da organização social, e da limitada capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas. O relatório, esclarece Leff (2008), deu início à configuração de estratégias políticas para a sustentabilidade, alinhadas ao processo de globalização, como condição para a sobrevivência humana, por meio de esforço compartilhado de todas as nações.

Nesse viés, Sachs (2017, p. 13) afirma que “o desenvolvimento sustentável tenta compreender as interações de três sistemas complexos: a economia mundial, a sociedade global e o ambiente físico da terra”. De acordo com o autor, “[...] para atingirmos o desenvolvimento sustentável devemos ter crescimento econômico socialmente incluyente e ambientalmente sustentável e para que estes objetivos sejam alcançados um quarto objetivo deve ser alcançado: a boa governança” (p. 14). O autor propõe que o termo desenvolvimento sustentável seja observado sob seis dimensões: ambiental ou ecológica, econômica, social, política, espacial e cultural (SACHS, 2002).

Considerando o estágio de desenvolvimento da sociedade global, Seiffert (2011) acrescenta a dimensão tecnológica ao desenvolvimento sustentável ao discutir os pressupostos e limitações dentro das esferas social, econômica, ecológica, cultural, geográfica e tecnológica deste conceito. A autora enfatiza que, para prover as necessidades

¹ Em 1983, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano, tendo sido designada como presidente a então a Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. O relatório elaborado pela Comissão, Relatório Brundtland denominado “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future) foi publicado em 1987.

atuais e futuras da sociedade, exigem-se avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar os recursos disponíveis.

O conceito de desenvolvimento sustentável é amplamente utilizado, contudo não existe uma única visão sobre ele. Logo, a prática do conceito do desenvolvimento sustentável gera um processo que abarca as estratégias de instâncias globais e locais, em prol de uma cultura sustentada na harmonização de tecnologia e intervenções políticas que consolidem as esferas econômicas, sociais e ambientais, tais como preconizam Sachs (2002) e Seiffert (2011).

Diante disso, salienta-se a necessidade de repensar o atual modelo de desenvolvimento hegemônico que contribui para a intensificação das desigualdades sociais e econômicas e amplia o uso inadequado dos recursos. Nesse contexto, os ODS trouxeram meios para que este modelo de desenvolvimento fosse questionado e que alternativas fossem propostas por diversos grupos da sociedade, reforçando a necessidade de analisar o desenvolvimento sustentável por meio de diversas abordagens e visões.

Este novo cenário contribui para que o conceito de desenvolvimento local surgisse na década de 1970. O tema manifestou-se sob diversas designações, de acordo com Benko (1999, p. 85), “[...] desenvolvimento endógeno, desenvolvimento territorial, desenvolvimento por baixo, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento autocentrado ou ainda desenvolvimento agropolítico”. Logo, as localidades passam a ser protagonistas da geração do desenvolvimento, a partir de um aglomerado de pequenas e médias empresas, que movimentam a economia periférica, melhorando as condições sociais, culturais e econômicas das localidades.

Desta forma, o desenvolvimento local pode ser visto como um processo de mudança social de caráter endógeno que traz o protagonismo das cidades, possibilita a melhora da qualidade de vida da população por meio da promoção de trabalho e renda, sendo resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, que resulta em um arranjo social, cultural e econômico associado a instituições e empresas locais. Entretanto, para que se possa mensurar o desenvolvimento de uma localidade, associado aos recursos financeiros a que esta tem acesso, é preciso selecionar indicadores capazes de avaliar o desenvolvimento, a sustentabilidade e o alcance dos ODS.

1.2 Indicadores de sustentabilidade

A busca constante por indicadores válidos e aceitos globalmente motivou diversos pesquisadores e instituições a investir no desenvolvimento de índices de sustentabilidade. A utilização de indicadores é uma maneira intuitiva de monitorar complexos sistemas que governos, instituições e sociedade consideram importantes e que seja necessário controlar. Indicadores podem adotar diferentes significados. Alguns termos normalmente utilizados são: norma, padrão, meta, objetivo entre outros, os quais se referem fundamentalmente a valores estabelecidos ou desejados pelas autoridades governamentais ou obtidos por um consenso social (MEADOWS, 1998).

Indicadores são utilizados dentro de um senso normativo, um valor técnico de referência que se torna aceito socialmente. Eles comunicam o progresso em direção a uma meta de forma simples e objetiva, suficiente para retratarem o mais próximo a realidade, mas dando ênfase aos fenômenos que tenham ligação entre a ação humana e suas consequências, podendo abordar os mais diferentes segmentos: social, ambiental e econômico (BELLEN, 2010).

O principal objetivo dos indicadores deve ser o de medir a evolução em direção ao desenvolvimento sustentável, monitorando, dessa forma, os impactos da política pública de meio ambiente e alimentando a participação das comunidades pela promoção do conhecimento e da consciência dos parâmetros considerados.

Meadows (1998, p. 39) afirma que os indicadores são difíceis de definir e sua seleção e o uso estão cheio de armadilhas. Contudo, a autora defende uso de “[...] indicadores dinâmicos, os quais podem ajudar não apenas a identificar pontos problemáticos no sistema, mas podem ajudar a testar e medir ações corretivas de tempo”, apresentando indicadores sociais, econômicos e ambientais.

Eles transportam mensagens diferentes para diferentes mentes. Essas dificuldades não significam, no entanto, que os indicadores não devam ser usados. Deve-se escolher um conjunto de indicadores pequeno e significativo o suficiente para compreender a realidade que queremos mensurar (MEADOWS, 1998, p. 10, tradução nossa).

No Brasil, além do IBGE outras instituições também são referência nacional em indicadores de sustentabilidade. O Instituto ETHOS², por exemplo, lançou em 1998 uma ferramenta para auxiliar as empresas com indicadores de sustentabilidade. Trata-se de uma ferramenta de gestão que visa a apoiar as empresas na incorporação da Sustentabilidade e da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) em suas estratégias de negócio, de modo que esse venha a ser sustentável e responsável (ETHOS, 2020). Os Indicadores Ethos são continuamente aprimorados e, atualmente, há uma nova abordagem para que a gestão das empresas procure integrar os princípios e comportamentos da Responsabilidade Social Empresarial (RSE)³ com os objetivos para a sustentabilidade, baseando-se num conceito de negócios sustentáveis e responsáveis, com maior integração com as diretrizes de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), com a Norma de Responsabilidade Social ABNT NBR ISO 26000⁴, e outras iniciativas (ETHOS, 2020).

Outro índice desenvolvido durante a década de 1990 foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Utilizado pelo Programa das Nações Unidas, ele é o exemplo mais conhecido de mensuração da dimensão social do desenvolvimento sustentável (SIEDENBERG, 2003). Sua introdução a partir do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990, representou uma mudança importante na maneira de visualizar o desenvolvimento, ultrapassando os aspectos exclusivamente econômicos representados pelos valores do PIB *per capita*, passando a incorporar dimensões sociais (GIOVANNI *et al.*, 2006). Este índice recebeu diversas críticas. Bellen (2010) afirma que no IDH as suas variáveis refletem a condição média de uma dada população, não mostrando que uma parcela dessa mesma população pode não ter atendidos os requisitos básicos para uma sobrevivência digna. Como o IDH é indicador sintético, ele representa uma média ponderada de indicadores qualitativos e quantificados. Portanto, como qualquer indicador sintético, o IDH pode resultar em análises equivocadas (BELLEN, 2010).

Outros estudos avançaram nos índices de sustentabilidade, o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) ou Índice de Performance Ambiental, o qual foi desenvolvido por pesquisadores do *Center for Environmental Law & Policy*, da Universidade Yale, e do *Center for Earth Science Information Network* em cooperação com Fórum Econômico Mundial e o

2 O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Osciip cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável (ETHOS, 2020).

3 Responsabilidade social empresarial é do que um conjunto de ações e iniciativas tomadas pelas empresas buscando contribuir com questões de ética, meio ambientais e a sociais.

4 A ISO 26.000 é uma norma internacional que fornece diretrizes para responsabilidade social (ISSO 26000, 2010).

Joint Research Center da Comissão Europeia (ABRANCHES, 2017). Este índice é instrumento de acompanhamento e controle de gestão ambiental, que permite comparar e ordenar os países, do melhor ao pior desempenho ambiental.

Para os ODS, diversos indicadores também estão sendo desenvolvidos, sendo que, em nível nacional, o IBGE desenvolveu 231 indicadores e continua progredindo no estudo para desenvolvimento de indicadores que atendam a todos os 17 objetivos. Em nível estadual, no Paraná a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (Cedes), avançam no desenvolvimento de um sistema interno para medir os ODS, com dados dos municípios do estado.

Em março de 2017, estas instituições iniciaram o desenvolvimento do estudo de *Business Intelligence-ODS* (BI-ODS) para realizar o mapeamento e o acompanhamento dos indicadores do estado do Paraná, relacionados aos ODS. O BI-ODS desenvolvido pela Celepar obtém dados de diversas fontes e os transformam em informações e *dashboards* (gráficos interativos) que auxiliam os gestores públicos na tomada de decisão. Em 2021, esta plataforma foi intitulada BI Paraná de Olho nos ODS.

Em suma, verifica-se que ao longo dos anos o tema indicadores de sustentabilidade avançou a partir da cooperação de atores mundiais, nacionais e regionais, resultando em pactos como a Agenda 21, encontros como Rio+20, ODM e mais recentemente os ODS, sendo a cooperação para desenvolvimento de indicadores, coleta de informações e divulgação de dados o principal legado deles. Isso permitiu que novos esforços fossem agregados na mensuração de dados dos ODS. A partir disso, verifica-se que existem diversos indicadores sendo desenvolvidos e testados concomitantemente, contudo, quando se analisam instituições financeiras, nota-se carência de indicadores quando o assunto é ODS. Estes indicadores poderiam acelerar programas de crédito para investimentos globais, na medida em que criam metas de acompanhamento para programas de instituições financeiras, como o BRDE, voltados aos ODS.

2 Metodologia

A presente pesquisa tem como objeto de análise o BRDE, uma instituição financeira fundada em 1961 pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com o objetivo de fomentar a economia da região, gerando emprego e renda. É uma instituição

financeira pública de fomento, controlada pelos três estados do Sul e que conta com autonomia financeira e administrativa. Cada estado possui uma única agência localizada na capital que é responsável pelo financiamento de todos os municípios de cada estado, com exceção da agência de Curitiba, que financia os municípios do Paraná e do Mato Grosso do Sul. O BRDE é referência em financiamentos de longo prazo na região Sul para pessoas jurídicas e produtores rurais, de acordo com dados do *ranking* de agentes financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O BRDE possui o programa BRDE de Produção e Consumo Sustentável (PCS), para financiar investimentos que promovem a sustentabilidade socioambiental. Desta forma apoia projetos que adotam as melhores práticas de sustentabilidade no agronegócio, uso racional e eficiente da água, eficiência energética, energias renováveis e gestão de resíduos e reciclagem.

Outro programa de destaque, o BRDE Municípios, atua diretamente no desenvolvimento local. A partir dele, as cidades têm capacidade de investir em projetos que visem à qualidade de vida da sua população, esteja ela em área urbana ou rural. No BRDE Municípios, o Banco disponibiliza linhas de crédito em três áreas principais: Saneamento e Mobilidade, Infraestrutura social, rural e urbana e Desenvolvimento Institucional.

Destaca-se, também, outro programa representativo, trata-se do BRDE Inova, que presta apoio a ações inovadoras por meio da disponibilização dos recursos advindos da Finep. Em 2019, foram aplicados R\$ 215,8 milhões, sendo 71 projetos financiados, os quais resultaram no crescimento de 24% em relação ao ano anterior (BRDE, 2020). Estes três principais programas, BRDE PCS, BRDE Municípios e BRDE Inova, juntamente com outras linhas de crédito, afetam diretamente 9 dos 17 ODS, a saber: ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 – Boa saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 7 – Energia acessível e limpa; ODS 8 – Emprego digno e crescimento econômico; ODS 9 – Indústria inovação e cultura; ODS 12 – Consumo e produção responsável; ODS 15 – Vida sobre a terra. Logo, foi necessário desenvolver um processo para verificar o impacto da carteira de crédito do BRDE sobre o ODS, bem como indicadores para o acompanhamento desta carteira.

Tendo-se o exposto, ressalta-se que a presente pesquisa apresenta uma abordagem que combina formas qualitativa e quantitativa de investigação. De viés descritivo, utiliza-se o estudo de caso único como método. O estudo de caso é utilizado “[...] em estudos organizacionais, gerenciais e de planejamento, sendo uma pesquisa empírica” (YIN, 2001, p. 31).

A coleta de dados se constituiu em uma pesquisa documental que considerou o recorte temporal de 2015 a 2019 para análise de dados sobre os investimentos do BRDE nos municípios paranaenses e seus impactos nos ODS. Nessa etapa, foi realizado um procedimento sistemático de levantamento e organização dos materiais disponíveis nos seguintes bancos de dados:

(i) BRDE – Relatórios de Administração e Sustentabilidade, Relatório de Aderência ODS; Relatório de Comissão Nacional ODS, Planejamento Estratégico do BRDE e programas internos como o *Business Intelligence*, que consolida dados de projetos financiados, visando à proposição de processo para mensurar como a carteira de crédito do BRDE se adere e impacta nos ODS, com foco no ODS 8. A coleta recaiu sobretudo em dados que pudessem trazer informações sobre a carteira de crédito do banco, o perfil das empresas que recebem investimentos, os *funding*⁵ de maior utilização, portes empresariais, setores econômicos e regiões do estado do Paraná que são mais apoiados financeiramente. A coleta teve como finalidade verificar os indicadores consistentes e válidos, compreendendo seu histórico, aplicabilidade e resultados relativos aos financiamentos do BRDE. Foi analisada a carteira de crédito do BRDE e seus objetivos para impactar os ODS, por meio do acesso a programas internos da instituição como BRbank e *Business Intelligence BRDE* (BI-BRDE), bem como a processos físicos que detalham projetos de investimentos.

(ii) Outras fontes de coleta de dados foram utilizadas: IBGE, Ipea, Celepar, Meadows (1998), IDH, Índice de desenvolvimento ambiental, IDNA Brasil, Ethos, bem como índices para ODS desenvolvidos pela Febrabam, por empresas do segmento – bancários e empresas em geral. A partir disso foram relacionados indicadores de ODS da plataforma BI – ODS Celepar, do IBGE e Ipea para propor indicadores para acompanhar a carteira de crédito de BRDE. A escolha dos indicadores do IBGE e Ipea deve-se a sua representatividade e confiabilidade para dados em nível nacional, e do BI-ODS Celepar por ser um trabalho conjunto de instituições estaduais, engajadas na avaliação dos impactos locais dos ODS.

Logo, foram mensurados os impactos do BRDE sobre o ODS 8, considerando que este está entre os 4 ODS mais representativos⁶ para o BRDE, em relação à carteira de crédito do banco, ou seja, aqueles que a instituição possui projetos com maior dispêndio de recursos financeiros. Este ODS também está alinhado ao planejamento estratégico do BRDE, que destaca áreas de menores IDH, e geração de trabalho e renda como áreas de interesse.

⁵ *Funding* é a origem dos recursos financeiros para investimentos específicos.

⁶ Estudo de aderência aos ODS realizado pelo BRDE.

Após a análise da carteira do BRDE, seleção de indicadores de ODS e ODS prioritários, analisaram-se os dados municipais e estaduais do Paraná. Para análise dos municípios, utilizou-se o índice Firjan para emprego e renda. A partir dos dados quantitativos coletados, elaboraram-se mapas temáticos com dados de todos os municípios do Paraná, fazendo uso da ferramenta Tabwin para verificar os índices Firjan de emprego e renda e, por conseguinte, fazer comparação com a alocação dos recursos do BRDE e sua contribuição ao desenvolvimento dos municípios. Este índice possui dados disponíveis até o ano de 2016 e por isso nos anos seguintes os municípios foram agrupados por mesorregião para realizar esta comparação. Para a análise dos dados do Paraná utilizaram-se bancos de dados estadual e federal, sendo estes Iperdes e IBGE, respectivamente. Utilizaram-se dados de PIB, renda e emprego formal. Foram realizadas triangulações de informações, cruzando os dados municipais, de mesorregiões e estaduais aos dados de financiamento do BRDE, buscando obter relações entre eles.

Para análise e validação dos dados, optou-se por fazer uso da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), que se deu por meio do cruzamento das informações obtidas na pesquisa bibliográfica e documental (livros, artigos; documentos – Relatórios de Administração e sustentabilidade BRDE, Relatório de aderência ODS; Relatório de Comissão Nacional ODS, Memorando Pnud BRDE), dados primários internos do BRDE obtidos pelo *Business Intelligence* e dados dos municípios e estado, coletados em bancos de dados públicos Iperdes, Datasus e BI ODS Celepar.

Para o tratamento e inferência dos resultados, ocorreu a integração e o destaque das informações para análise, resultando em interpretações inferenciais. Foram cruzadas informações do banco de dados do BRDE com dados estaduais do Paraná, de mesorregiões e dos municípios a fim de mensurar o quanto a atuação desta instituição financeira impacta localmente. Para este fim, utilizou-se indicadores selecionados do banco de dados BI ODS da Celepar e do IBGE e Ipea, proposto para o ODS8, a fim de calcular o impacto do BRDE no emprego e renda estadual.

3 Resultados e discussões

A presente seção analisa a carteira de crédito do BRDE, agência Curitiba, sendo esta composta por todos os financiamentos bancários realizados para municípios do Paraná. Esse exame tem o objetivo de avaliar o perfil da carteira e apresentar os dados usados para mensurar os impactos dos financiamentos do BRDE sobre o ODS 8 no Paraná.

Observou-se que os desembolsos financeiros proporcionados pelo BRDE estão ligados, em sua maioria, a atividades com Cnae A (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura). Houve, no entanto, uma redução dos recursos públicos agrícolas nos anos de 2018 e 2019 devido à política de crédito federal, em vista disso verifica-se uma menor contratação no setor neste período.

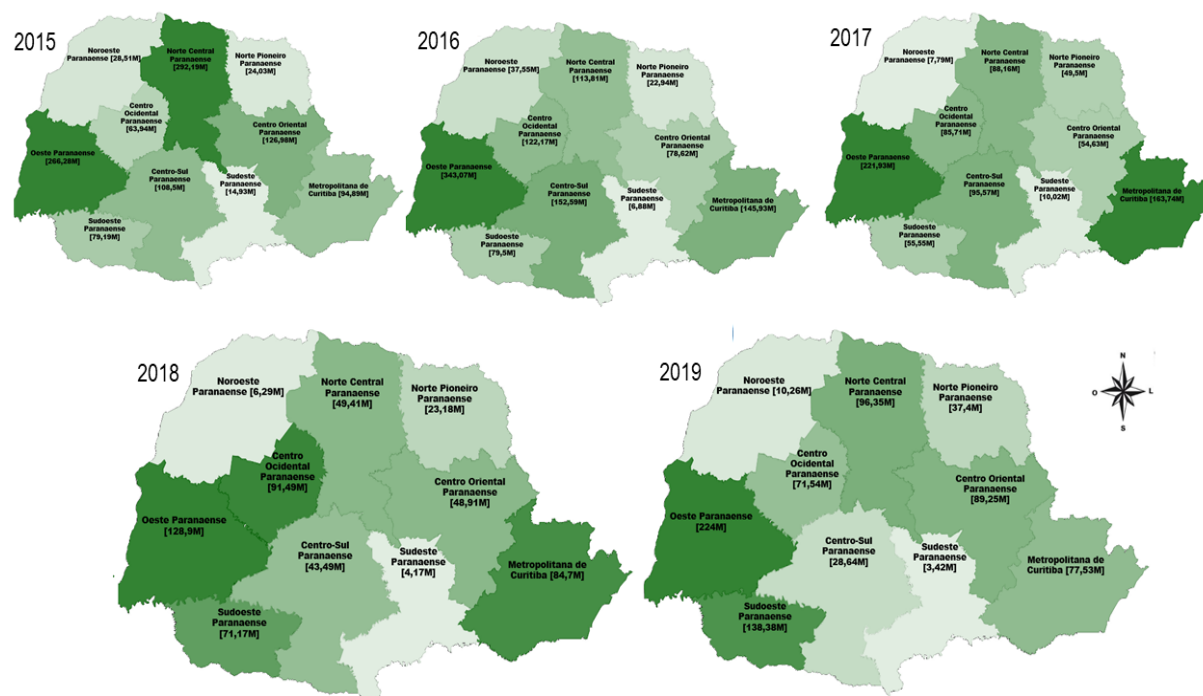
Outros setores relevantes são a indústria de transformação e o comércio, cujo perfil de contratação está mudando ao longo do tempo. Em 2015 e 2016, a indústria de transformação captava mais recursos, mas atualmente é o comércio que tem se sobressaído.

Ressalta-se que setores importantes, como saúde e educação, possuem liberações inexpressivas dos financiamentos, inferiores a 3% e 2%, respectivamente. Quando observada a liberação por setores, é possível verificar a alta aderência da carteira de crédito à Agenda 2030, 9 dos 17 ODS estão relacionados diretamente com a atuação do BRDE, sendo eles: ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 – Boa saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 7 – Energia acessível e limpa; ODS 8 – Emprego digno e crescimento econômico; ODS 9 – Indústria inovação e cultura; ODS 12 – Consumo e produção responsável; ODS 15 – Vida sobre a terra (BRDE, 2016).

No entanto, esses recursos ainda precisam ser mais bem distribuídos, de modo a atingir, com maior relevância, os demais ODS, entre eles, o ODS 3 e 4. Considerando o ODS selecionado para análise na pesquisa (ODS8), verifica-se que esse tem reflexo em todos os setores, pois investimentos tendem a aumentar a renda local e, quanto mais o mercado local estiver desenvolvido, maior a probabilidade de gerar novos postos de trabalho.

Ao longo dos anos, a distribuição dos financiamentos do BRDE sofreu variações (Figura 1), contudo, nota-se que, em todos os períodos analisados, a mesorregião com maior contratação é a do Oeste do Paraná, seguida pela Região Metropolitana de Curitiba e a do Norte Central, que se revezam na segunda posição.

FIGURA 1 – ALOCAÇÃO DE LIBERAÇÕES DE RECURSOS POR MESORREGIÕES DE 2015 A 2019



FONTE: As autoras (2021).

De acordo com os dados coletados, observa-se que as regiões Sudoeste, Noroeste e Norte Pioneiro, em cor mais clara nos mapas (Figura 1) são as áreas onde há menos financiamentos do BRDE. Esse perfil de destinação está relacionado à formação econômica do estado: “Do período de 1920 a 1970, observou-se que o crescimento e desenvolvimento industrial paranaense foram decorrentes basicamente da cultura do mate, da intensa exploração da madeira e da agricultura cafeeira” (LIMA; RIPPEL; STAMM, 2007, p. 15). Essas atividades proporcionaram a base para a industrialização do Paraná, que passou a se concentrar em alguns pontos, principalmente na RMC (especialmente São José dos Pinhais, Araucária e Curitiba). Esses municípios passaram a indicar as maiores representações no PIB do Estado em função do dinamismo industrial.

A modernização agrícola na região Oeste do Paraná e o crescimento da atividade agroindustrial fizeram emergir polos regionais como Cascavel e Toledo, juntamente com Foz do Iguaçu, que se sobressaiu na produção de energia elétrica, turismo e comércio inter-regional (ROSEIRA, 2016). Na região também se destacam os financiamentos com

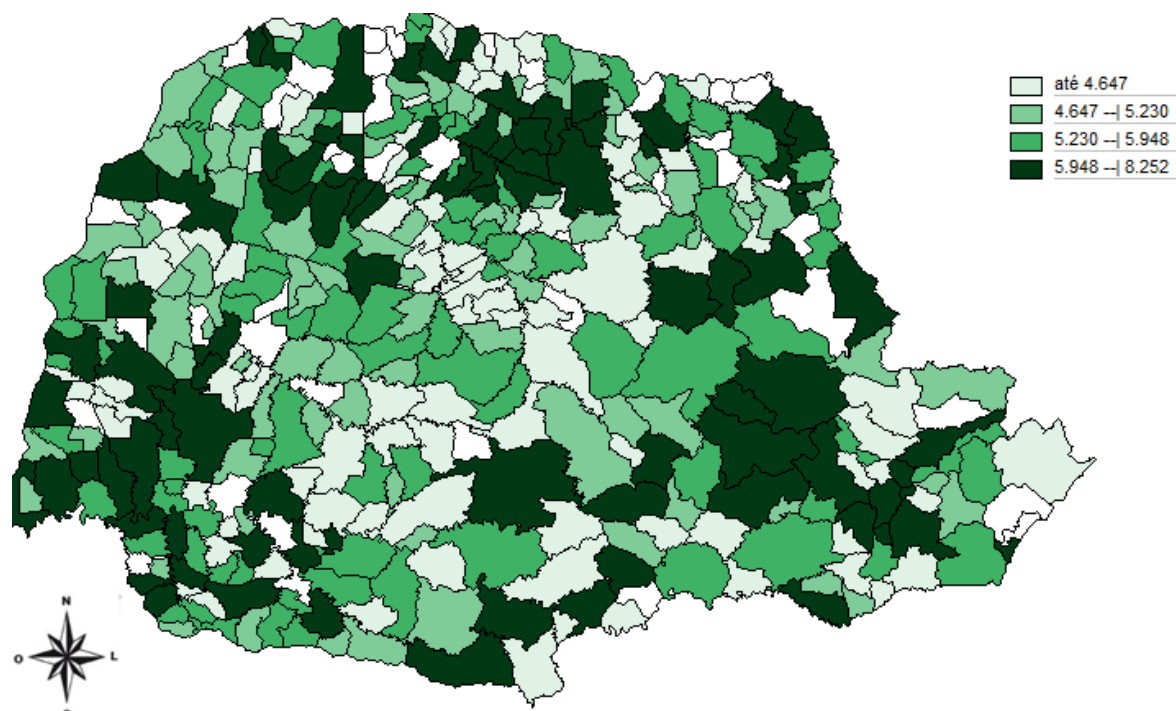
cooperativas⁷. Nota-se uma relação positiva entre as regiões com maior atuação de cooperativas as liberações do BRDE, tendo em vista o histórico de atuação de longa data de investimentos neste segmento pela agência de Curitiba do BRDE, responsável pelos financiamentos no Paraná.

Após analisar as liberações por mesorregiões, verificaram-se os investimentos do BRDE em âmbito local, e sua influência no desenvolvimento das cidades; consideraram-se dados de emprego e renda. Utilizou-se o Índice Firjan, com ano base de 2016. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) compreende um estudo anual criado para acompanhar o desenvolvimento humano, econômico e social dos municípios brasileiros, com o intuito de verificar as variações de renda e emprego, saúde e educação.

Desse modo, selecionaram-se os municípios do Paraná e seus respectivos dados de interesse. O índice Firjan varia de 0 a 1, dividindo-se em 4 escalonamentos: baixo desenvolvimento indo de 0 a 0,4; desenvolvimento regular, de 0,4 a 0,6; desenvolvimento moderado, de 0,6 a 0,8; alto desenvolvimento, com valor acima de 0,8. Na presente pesquisa, a análise para avaliar emprego e renda considerou o seguinte escalonamento de quatro categorias: de 0 a 0,46 considerado baixo desenvolvimento; de 0,46 a 0,52, desenvolvimento moderado; de 0,52 a 0,59, desenvolvidos; e de 0,59 a 0,82, alto desenvolvimento. A divisão se dá a partir do menor e maior índices obtidos do estado do Paraná – 0,46 e 0,82, respectivamente. Os dados foram inseridos no programa Tabwin, e apresentados no mapa da Figura 3, onde cada município foi relacionado ao seu índice de desenvolvimento municipal, sendo escalonados para fazer a diferenciação de desenvolvimento, e compará-lo com dados de liberação de recursos do BRDE.

7 Na região Oeste estão estabelecidas as maiores cooperativas de produção do Paraná, atraindo diversos negócios e investimentos para a região. São elas: C Vale, Copacol, Copavel, Copagril, Firmeza, Lar. Em dezembro de 2015, essas empresas faturaram, juntas, R\$ 25,8 bilhões. Também se destaca, na região Norte, a Coamo e, no Sudeste, a Coagro. (Globo Rural, 2020).

FIGURA 2 – ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL EMPREGO E RENDA (IFDM) 2016



FONTE: As autoras (2021).

Nota-se que os municípios de alto desenvolvimento estão localizados nas regiões Oeste, Norte, Região Metropolitana e Centro-Sul, mesmo perfil destacado nos mapas de mesorregião.

O Paraná é grande propulsor do crescimento econômico do país, e por isso precisa conduzir políticas, pautadas em um modelo de desenvolvimento econômico regional e em estratégias alternativas para o rearranjo dessas regiões. Alternativas pautadas no avanço tecnológico podem ser consideradas como um condutor para o desenvolvimento econômico, “[...] contudo só se torna válido com o auxílio dos administradores públicos incorporados aos vários setores da economia e da sociedade” (BERNARDELLI; SORGI, 2016, p. 11). Contudo, a forma como a economia é conduzida tende a homogeneizar o consumo e concentrar a renda (MADUREIRA, 2015), construindo uma estrutura social de maior desigualdade (BRANDÃO, 2012). Desta forma, a frequente concentração de recursos em regiões mais desenvolvidas, como a região Metropolitana de Curitiba, Oeste e Norte do Paraná, gera polos de crescimento que promovem o desenvolvendo mais acelerado de algumas regiões em detrimento de outras, provocando desequilíbrios econômicos e sociais, como os resultantes na região Noroeste e Sudeste do Paraná, os quais devem ser corrigidos, principalmente, por entidades relacionadas ao setor público, como o BRDE.

Sobre os impactos dos projetos no BRDE no ODS 8, que tem como objetivo “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos” (ONU, 2015), no estado do Paraná, verifica-se que este está relacionado com a atividade econômica, com o índice de emprego formal e ao emprego pleno. Por isso, para o impacto dos projetos do BRDE sobre o ODS 8 atenta-se para a questão da empregabilidade, ou seja, sobre quanto o BRDE contribui na geração e manutenção de postos de trabalho.

As vagas criadas e mantidas por empresas que recebem os incentivos financeiros, resultados da liberação de recursos do BRDE, foram avaliadas como impacto direto da atividade da instituição. Há, ainda, os impactos indiretos na criação de emprego, resultado do fortalecimento da economia local – esses não foram avaliados nesta pesquisa. Os impactos considerados indiretos são decorrentes das novas vagas criadas por empresas que mantêm relacionamento com financiadoras, como fornecedores de matéria-prima, terceirizadas, entre outras.

Sobre o impacto do BRDE nas economias locais, o índice de empregabilidade é avaliado por meio da quantidade de empregados que a proponente do crédito possui, e se haverá demissões ou geração de novos postos de trabalho, a partir do projeto que será implantado. Não há um acompanhamento para verificar se as vagas são efetivamente criadas ou mantidas, ou seja, é uma estatística baseada na expectativa do empresário e produtor rural. Este dado é informado à equipe técnica do BRDE durante a análise de crédito do projeto a ser desenvolvido. Sendo assim, verificou-se o impacto dos financiamentos sobre as vagas de emprego de acordo com os dados coletados no programa *Business Intelligence* – BRDE. Analisaram-se as informações disponíveis, referentes aos anos de 2015 a 2019, de atuação do BRDE (Quadro 1).

QUADRO 1 – VAGAS CRIADAS E MANTIDAS PELO BRDE POR MESORREGIÃO E PORTE EMPRESARIAL ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2019

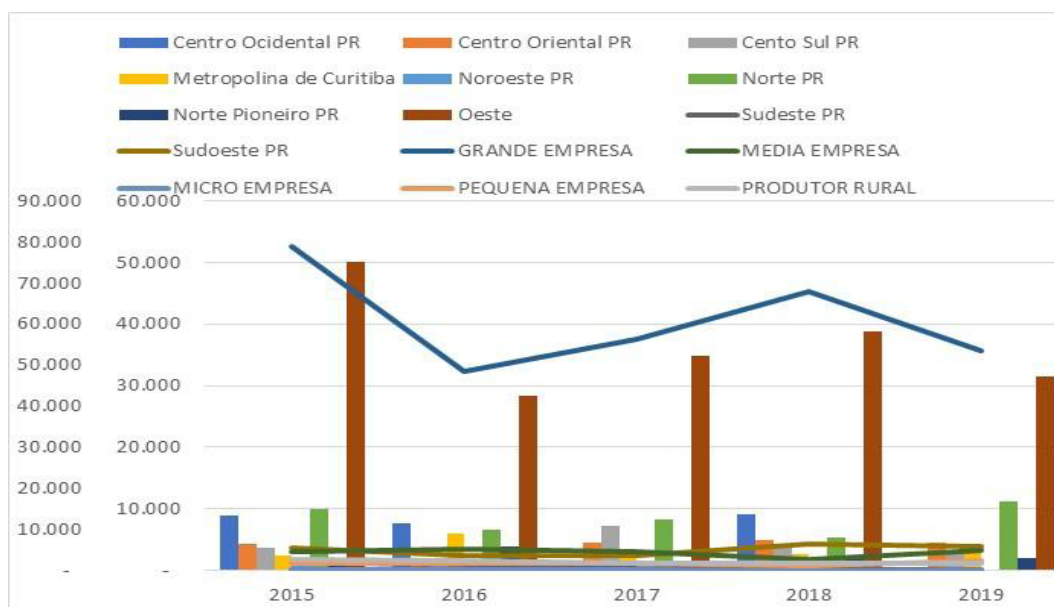
MESORREGIÃO/ANO	2015-2019		
	NOVAS VAGAS	VAGAS	
	VAGAS MATIDAS	IMPACTADAS	
Centro Ocidental PR	2932	26.873	30.168
Centro Oriental PR	413	14.809	19.713
Cento Sul PR	899	15.085	18.748
Metropolitana de Curitiba	2712	14.424	20.810
Noroeste PR	573	1.208	1.120
Norte PR	1.282	30.537	42.556
Norte Pioneiro PR	351	9.273	11.515
Oeste	6840	154.409	190.499
Sudeste PR	68	1.544	1.694
Sudoeste PR	20.784	19.854	46.045
TOTAL	36.235	346.741	382.976
PORTE/ANO			
Grande empresa	6.786	305.340	312.126
Média empresa	3.135	21.608	24.743
Micro empresa	143	479	622
Pequena empresa	1.894	9.004	10.898
Produtor rural	24.277	10.310	34.587
TOTAL	36.235	346.741	382.976

FONTE: Adaptado de BRDE (2020).

É importante destacar que, em alguns casos, a empresa não cria vagas, por tratar-se de projeto de capital de giro, recursos que são destinados exclusivamente para compor o fluxo de caixa empresarial. Contudo, considera-se que nesses casos são mantidos postos de trabalho que poderiam ter sido extintos devido ao comprometimento do caixa ou até mesmo ao encerramento da empresa. Por conseguinte, foram analisados os dados de emprego de todo o Paraná, considerando informações disponíveis, para os anos de 2015 a 2019, a fim de mensurar a contribuição do BRDE na geração de trabalho e renda no estado.

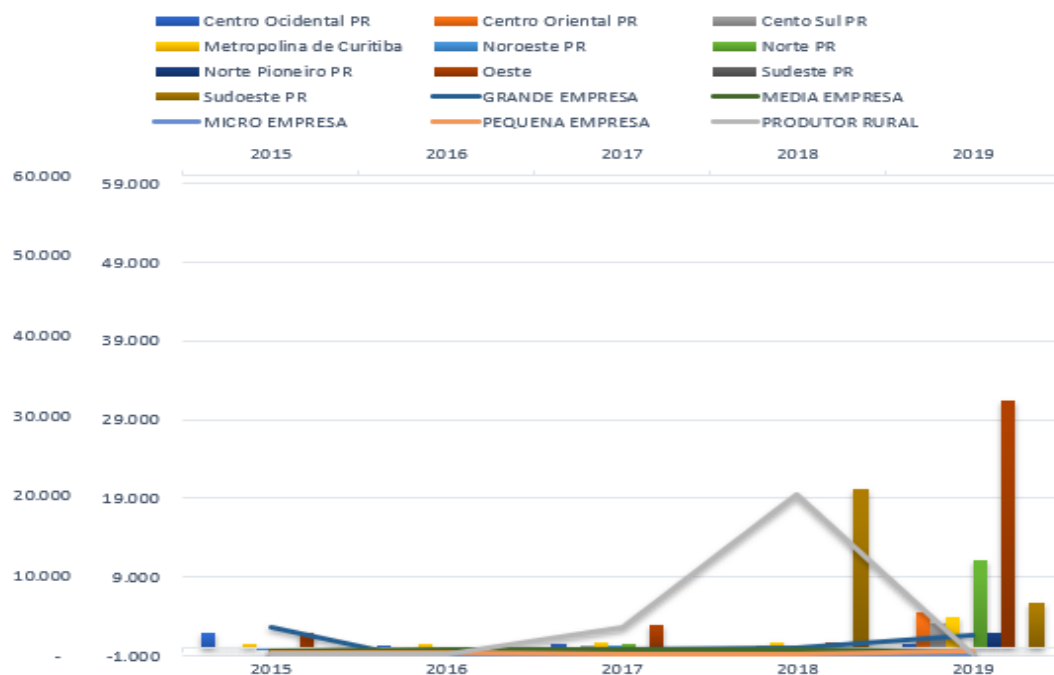
Em relação às vagas admitidas e vagas mantidas por região e porte, estão consolidados, nos Gráficos 1 e 2, os números do estado do Paraná.

GRÁFICO 1 – VAGAS MANTIDAS PELO BRDE POR MESORREGIÃO E PORTE EMPRESARIAL DE 2015 A 2019



FONTE: As autoras (2021).

GRÁFICO 2 – VAGAS CRIADAS PELO BRDE POR MESORREGIÃO E PORTE EMPRESARIAL DE 2015 A 2019



FONTE: As autoras (2021).

Observa-se que os postos de trabalho admitidos somam 36.090 na Região Oeste, 26.191 na Sudoeste e 12.019 na Norte; a RMC aparece em 4ª posição, com a abertura de 6.386 novas vagas de trabalho. Verifica-se que, apesar de a RMC receber mais recursos do BRDE, é a que gera menos empregos. Este fato pode ser explicado a partir da análise de porte dos Gráficos 1 e 2, que mostram que em 2017 e 2018 foram criadas 23.707 vagas em projetos de produtores rurais, número superior às vagas criadas e mantidas nos últimos 5 anos na região RMC (6.386). Ressalta-se que em 2016, 2017 e 2019 a Região Metropolitana de Curitiba foi a segunda região que mais atraiu investimentos em projetos, mas com pouco impacto sobre a geração de empregos.

Considerando os dados de emprego do BRDE, evidencia-se que foram impactadas, entre os anos de 2015 e 2019, cerca de 382,9 mil vagas de trabalho, sendo que 36,2 mil foram criadas e 346,7 mil foram mantidas. O impacto mais significativo sobre as vagas totais criadas e mantidas estão nas regiões Oeste, Sudoeste e Norte do Paraná, respectivamente. Nelas estão localizadas as maiores cooperativas do Paraná e são regiões com atividade econômica mais desenvolvida. Entre as principais atividades das cooperativas destacam-se a produção de lácteos, comercialização de grãos (trigo, milho e soja), a avicultura, suinicultura e piscicultura (GLOBO RURAL, 2020). Desta forma, os dados permitem constatar que há uma influência maior sobre as vagas mantidas; isso pode ser verificado pelos 154,9 mil postos de trabalho mantidos na Regiões Oeste, valor que representa 44% do total.

A liberação de recursos para empresas de grande porte tem maior impacto sobre as vagas de emprego, principalmente, quando se avaliam as oportunidades que foram mantidas. Verificou-se que os maiores desembolsos do BRDE estão destinados a grandes empresas, compondo 47,8% dos financiamentos no período de 2015 a 2019.

Verificou-se, ainda, que a relevância das vagas criadas pelos produtores rurais aparece em segunda colocação no segmento, e estão ligadas a atividades do CNAE A (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura).

Após analisar os dados de empregos gerados a partir dos projetos de investimentos do BRDE, buscaram-se dados estaduais que permitiram dimensionar quanto a atividade do banco impacta no ODS 8 no Estado. Foi verificada a meta 8.3: “Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros”,

para verificar o valor total das vagas criadas no BRDE e o total das vagas de emprego do Paraná. Isso possibilitou estimar quanto as vagas de emprego desta instituição representam no total de vagas do estado.

O Quadro 2 mostra as vagas criadas e descontinuadas, apontando o saldo desta relação. Comparando o número de postos de trabalho admitidos e desligados, chega-se na quantidade de vagas efetivamente mantidas no estado do Paraná.

QUADRO 2 – VAGAS DE EMPREGO CRIADAS NO PARANÁ ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2019

ANO	EMPREGO FORMAL (RAIS)	ADMITIDOS (CAGED)	DEMITIDOS (CAGED)	(SALDO CAGED)
2015	3.167.134	1.254.374	1.331.517	(771.48)
2016	3.113.204	1.055.016	1.114.511	(-59.545)
2017	3.013.105	1.059.573	1.051.833	7.740
2018	3.028.192	1.125.644	1.087.513	381.131
2019		1.198.036	1.149.730	48.306
MÉDIA	3.078.408	1.138.529	1.147.730	(-8.503)

FONTE: Adaptado de IPARDES (2020).

Com base nos dados de emprego formal no Estado, calcula-se a média de empregos formais, admitidos e demitidos. Identificou-se que são admitidos aproximadamente 1,14 milhão de pessoas por ano em média, contudo, cerca de 1,15 milhões de pessoas são demitidas.

O emprego formal no Paraná apresenta, em média, 3.078.408 postos de trabalho anuais. Observa-se que admissões e demissões influenciaram pouco no número final de vagas, considerando que não houve aumento ou diminuição expressivos de postos de trabalho devido a admissões e demissões. Observa-se que o impacto das vagas do BRDE neste período chega a 382,9 mil vagas, apenas entre aquelas diretamente afetadas. Este dado está associado à meta 8.3 do ODS8.

Considerou-se também o indicador coletado no banco de dados da BI-ODS Celepar para ODS, que analisa os empregos formais admitidos e desligados para a meta 8.3. A este dado (Quadro 3) foram somadas as vagas existentes e esse número foi comparado às vagas totais do BRDE.

QUADRO 3 – INDICADOR ODS 8 META 8.3

ANO	EMPREGO BRDE	EMPREGOS FORMAIS	INDICADOR
2016	58.298	3.113.204	1,87
2017	70.379	3.013.105	2,34
2018	95.530	3.028.192	3,15
2019	66.077	3.070.407	2,15
TOTAL	290.284	Me 3.056.227	9,50

FONTE: As autoras (2021).

Para avaliar o impacto do BRDE no ODS 8, especificamente sobre a meta 8.3 no Paraná, considerou-se a média dos empregos formais anuais, tendo em vista que o número de vagas disponíveis não aumentou consideravelmente. A quantidade de empregos criados no BRDE é avaliada ano a ano, calculando-se o impacto anual e o acumulado desde 2016. Logo se conclui que o impacto no ODS 8, na meta 8.3, é de 9,50% no Estado, desde 2016. O ano mais relevante foi 2018, no qual o impacto foi de 3,15%.

Mesmo se considerado um percentual pequeno, quando uma única instituição sozinha consegue atingir 2 a 3% dos empregos formais no estado, considera-se uma atuação relevante, pois para o atingimento dos ODS é necessário o esforço integrado de diversas instituições.

4 Considerações finais

Tendo-se o objetivo proposto de identificar indicadores de ODS capazes de avaliar o impacto dos financiamentos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, este ensaio trouxe o desafio de encontrar indicadores válidos e fidedignos para cálculo de tais impactos.

Sendo assim, analisou-se a carteira de crédito do BRDE. Posteriormente, verificaram-se os municípios que recebem investimentos, a fim de apurar a relação entre os investimentos e o desenvolvimento dos municípios e/ou regiões. Com estas informações consolidadas, buscou-se mensurar o impacto dos investimentos do BRDE no ODS 8.

Com o acesso ao banco de dados do Iparde e uso do Índice Firjan, verificou-se a possibilidade de testar os indicadores selecionados do BI-ODS Celepar, IBGE e Ipea.

A partir dos dados coletados, ressalta-se a importância de direcionar recursos do BRDE a outros ODS, como por exemplo o ODS 3 e 4, que possuem liberações de crédito pouco expressivas, sendo estas inferiores a 1% e 3%, (BRDE, 2019b), pulverizando a atuação do banco nestes segmentos.

Atenta-se para a atual política de crédito que privilegia mesorregiões desenvolvidas, reforçando a importância de ampliar o acesso ao crédito, principalmente, às regiões menos favorecidas, onde a atividade econômica ainda é incipiente, como as mesorregiões do Noroeste e Sudeste paranaense, localidades de menor desenvolvimento no contexto estadual.

O direcionamento de recursos públicos, de forma mais justa e equilibrada, é uma alternativa para que o estado também possa investir para ampliar a sua influência nos ODS, impactando positivamente o PIB e gerando emprego e renda para as economias locais.

A captação de *fundings* externo com AFD e BEI, a partir de 2018, possibilitaram maior aderência à agenda 2030 pelo perfil de investimentos em projetos de sustentabilidade. Novos *fundings* que estão em negociação, com o Banco Mundial, NDB e BID, destinarão recursos para outras regiões do estado, contribuindo para a resiliência urbana, redução dos impactos de desastres naturais, apoio emergencial aos pequenos empreendedores afetados pela pandemia da Covid-19 e apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento dos ODS. Esses novos *fundings* são importantes para expandir esta aderência e pulverizar o crédito para a consecução dos demais ODS no Paraná. A implementação de processo para averiguar, atualmente, o desembolso por ODS é fundamental para que metas sejam instituídas e resultados sejam comunicados. Assim, a política operacional e institucional poderá avançar no direcionamento ao alinhamento da agenda 2030.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BENKO, G. **A ciência regional**. Oeiras, Portugal: Celta, 1999.

BRANDÃO, C. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 120, p. 11-31, jan./jun. 2012.

BERNARDELLI, L. V.; SORGI, F. A. Desenvolvimento econômico regional: uma investigação sobre a microrregião de Cornélio Procopio, Paraná. **Economia & Região**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 139-151, jan./jun. 2016.

BRANCHES, S. O Índice de desempenho ambiental. Coluna. **Eco**. Publicado em 2 de março de 2017. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/sergio-abranches/16557-oeco-21040/>. Acesso em: 14 maio 2020.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Relatório de Aderência BRDE**. Normativo interno, 2016.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Relatório de Sustentabilidade Ambiental de 2019a**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2020/05/BRDE-Relatorio-2019-AF.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Relatório de Administração e Socioambiental 2020**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2021/03/BRDE-Relatorio2020-INTERATIVO-AF-v4.pdf>. Acesso em: 31 abr. 2021.

BRBANK. **BRDE**, Programa de uso exclusivo da instituição. 2019b.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Nabuco, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

ETHOS INSTITUTO. **O Instituto**. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/o-instituto/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1984.

GIOVANNI, B. J. et al. O índice DNA Brasil. **Revista Ciência e Cultura**, v. 58, n. 2, São Paulo, abr./jun. 2006.

GLOBO RURAL. **As cooperativas mais ricas do Paraná**. Notícias. Publicado em 5 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/01/cooperativas-mais-ricas-do-parana.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

GRIMM, I. J. et al. Educação para o ecodesenvolvimento: monitoramento de indicadores socioambientais. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. (Orgs.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014. v. 2. p. 671-702.

LIMA, J. F; RIPPEL, R.; STAMM, C. Notas sobre a formação industrial do Paraná - 1920 a 2000. **Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, v. 15, n. 1, p. 53-61, jun. 2007.

LEFF, E. **Saber ambiental - Sustentabilidade, racionalidade complexidade, poder**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KOHLER, M. C. M.; PHILIPPI JR, A. Agenda 21 como instrumento para gestão ambiental. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Orgs.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014. p. 817-840.

MADUREIRA, E. M. P. **O ressurgimento do neoliberalismo**. 74 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 1998.

MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015.

MAX-NEEF, M. **A room the outside looking**. New Jersey: Zed Books, 1982. Disponível em: http://www.daghammarskjold.se/wp-content/uploads/2014/08/From_the_outside_looking_in.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.

MEADOWS, Donella. **Indicators and information systems for sustainable development**: a report to the Balaton Group. The Sustainability Institute, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/106023/mod_resource/content/2/texto_6.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos do desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 4 jun. 2021.

ROSEIRA, A. M. **Foz do Iguaçu: cidade rede sul Americana**. 170 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18062007-152226/publico/TESE_ANTONIO_MARCOS_ROSEIRA.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

SACHS, J. D. **A era do desenvolvimento sustentável**. Lisboa: Actual, 2017.

SACHS, J. D. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**. O desafio do século XX. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, J. E. Indicadores de sustentabilidade. **Revista Estudos avançados**, v. 24, n. 68, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.